

Íntegra da entrevista concedida pelo ministro Roberto Mangabeira Unger à Eliane Oliveira do jornal O Globo em 6 de Maio de 2015.

Roberto Mangabeira Unger: A ideia é ter conversa ampla a respeito de política exterior. Começo por algumas premissas para explicar o ponto de partida. Premissas que talvez sejam desmerecidas como platitudes, mas é importante explicitá-las. A primeira premissa é que a política exterior tem de ser expressão do projeto interno. É o projeto interno que orienta a política exterior, e não o inverso. Agora atravessamos um período de redefinição do projeto interno. Estamos começando a construir uma nova estratégia nacional de desenvolvimento baseada na ampliação de oportunidades econômicas e capacitações educacionais. Esta obra tem implicações para a política exterior.

A segunda premissa é que não se deve confundir a política exterior com ação diplomática. Ação diplomática é a execução da política exterior pelos profissionais, mas a política exterior é tarefa da Presidenta, do governo e de todo o País. É uma orientação política nacional. Por várias razões históricas, no Brasil nos acostumamos a ter diplomatas como chanceler, o que é uma anomalia em comparação a outros países. É muito raro isso acontecer. E essa anomalia acidental pode induzir a uma confusão nociva entre a ação diplomática e a política exterior.

A terceira premissa é que a política exterior é um ramo da política, e não do comércio. E isso talvez não precisaria ser dito, a não ser no Brasil, onde tem sido costume recentemente adotar uma visão meramente mercantil da política exterior. Em nenhum país sério e de grande envergadura o comércio é visto como tema dominante da política exterior. Os interesses comerciais dos grandes estados são subsidiários aos seus interesses de poder, ou seja, aos interesses geopolíticos. E os pleitos comerciais só costumam avançar à luz do avanço na geopolítica.

A quarta premissa é que qualquer grande democracia na política exterior precisa seguir simultaneamente os seus interesses materiais e os seus interesses ideais. E nós não podemos, como a terceira maior democracia do mundo, ter uma política exterior orientada apenas por interesses materiais, sejam de comércio, sejam de poder. Nós precisamos também honrar as nossas questões morais. Aí vem a discussão dos direitos humanos. Nessa discussão, há dois perigos contrapostos a evitar. Um é descartar os compromissos morais como um mero sentimentalismo. O outro equívoco é permitir que o compromisso com os direitos humanos sirva apenas para ornamentar os interesses das grandes potências. Não se devem confundir direitos humanos com a tentativa de impor um figurino ideológico e

institucional pelas potências do Atlântico Norte. Estes são os dois perigos que temos de evitar nessa questão.

A quinta premissa é que um grande país emergente, como o Brasil, tem necessariamente uma dualidade de objetivo na sua política exterior. De um lado, ele procura fortalecer a sua posição dentro da ordem mundial existente. Por exemplo, o pleito de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas ele não pode se limitar a isso porque se não ele trai os seus próprios interesses e seus próprios ideais e entra no caminho do autoengano. Um país como o nosso tem de ter também uma agenda revisionista da ordem internacional, e não apenas promover a nossa posição dentro da ordem existente. E espero que dentro da nossa discussão exista a ocasião para discutir as ações desta premissa.

E a sexta premissa é que, por imposição da geografia, da história e da realidades do poder, há dois temas inevitavelmente prioritários na nossa política exterior. O primeiro é a nossa relação com outras repúblicas sul-americanas. E o outro é a nossa relação com os Estados Unidos. Qualquer agenda de política exterior que desconheça a natural prioridade destes dois temas é fantasiosa.

Essas são as seis premissas, e, como eu digo, poderiam ser condenadas como tautológicas, mas, ao mesmo tempo, no nosso clima de opinião, apareçam com clima de surpreendentes. Lembre-se do comentário de Schopenhauer de que só um breve momento de comemoração é permitido a verdade entre os dois longos períodos, em que primeiro é condenada como paradoxal e depois desmerecida como óbvia. Esse comentário se aplica às minhas seis premissas. Isso é que eu chamaria de introdução à nossa conversa e eu proponho conversar a respeito dos temas substantivos, a começar pela América do Sul e pelos Estados Unidos.

Sobre esse tema substantivo eu vou tecer alguns comentários e depois a senhora me instiga, me pergunta, me questiona.

Eliane Oliveira: Espero conseguir...

Mangabeira Unger: Então, primeiro, América do Sul. Esta é a nossa casa, então é o primeiro tema na agenda da nossa política externa. Nós temos um interesse nacional profundo e duradouro na integração e na independência da América do Sul. Mas temos agora um problema. O problema é que os instrumentos institucionais existentes que nós construímos, especialmente o Mercosul e a Unasul, são parcialmente inadequados para defesa desse nosso interesse profundo e duradouro. E vou exemplificar essa tese com a situação do Mercosul. O que se pode dizer é que o Mercosul é ao mesmo tempo de menos e demais para servir como instrumento para esse objetivo. Em primeiro lugar, é de menos porque ainda é essencialmente um acerto meramente comercial. Apesar de toda a retórica das nossas repúblicas, não é o projeto vivo de unificação cumulativa. E eu posso explicar porque penso assim, comparando o Mercosul com a União Europeia. A UE é o projeto regional mais exitoso do mundo e tem sido historicamente exitoso, apesar dos problemas, porque repousa sobre dois

grandes pressupostos que lhe dão vida. O primeiro pressuposto é de pôr fim ao século das guerras europeias. A UE é, em primeiro lugar, um projeto de paz perpétua na Europa. E o segundo pressuposto é ser um espaço para uma forma de organização econômica, social e política diferente da forma estabelecida nos Estados Unidos. E também tem o compromisso com a humanização da economia de mercado. Esses são os dois grandes pressupostos da UE.

E se olharmos para o Mercosul, a verdade, se não quisermos nos enganar, é que ainda não identificamos ou construímos algo equivalente a esses pressupostos. E o que teria que ser o equivalente ou o funcional a esses pressupostos? É um modelo de desenvolvimento sobre o qual convergíssemos. Um conjunto de ideias, de políticas públicas e de instituições que servissem como ponto focal, o alvo de convergência na América do Sul. Não temos isso ainda. O que teria de ser é justamente o que agora, com mais clareza, começamos a buscar no Brasil, que é o desenvolvimento baseado na democratização das oportunidades econômicas e das capacitações educacionais para dar braços, asas e olhos à energia humana assombrosa que ferve em nosso continente. Sem isso, sem um projeto comum, uma estratégia comum, o Mercosul vira um corpo sem espírito. E é isso que tem sido. Porque nenhuma união poderosa pode ser baseada em interesses meramente comerciais. Nós não queremos ver isso, dado o nosso preconceito mercantil em relação a política exterior em geral.

Por outro lado, o Mercosul, como eu disse, é de menos, mas também demais sobre outro ponto de vista. É o que se chama uma união aduaneira imperfeita. Com uma tarifa externa comum, mas uma área de comércio incompleta, porque há muitas restrições à livre circulação dos bens e das pessoas. E o resultado disso, desse compromisso com o princípio da união aduaneira, é que nós estamos inibidos de buscar acordos que são cada vez mais importantes para nós, como por exemplo, o acordo comercial com a União Europeia. Estamos inibidos muito especificamente pelos problemas da economia e da política da Argentina. Isso não é bom para nenhum de nós. Não é bom para o Brasil, não é bom para Argentina e não é bom para a América do Sul. Essa é a situação paradoxal, em que temos uma estrutura rígida e própria, porque ela é ao mesmo tempo leve demais e pesada demais. E não serve mais na sua forma atual aos objetivos da integração e da independência sul-americana.

O Mercosul, especificamente agora, deveria ser uma mais perfeita zona de livre comércio sem as restrições atuais. Mas deveria por um período, que pode ser transitório, deixar de ser uma união aduaneira. E o que deveríamos colocar no lugar? Deveríamos colocar uma série de aproximações e acordos bilaterais dentro da América do Sul que servissem para preparar, na etapa histórica seguinte, uma integração mais sólida. E um conjunto de acordos bilaterais que servissem ao objetivo, que eu antes dediquei ser essencial, que é a convergência sobre um modelo de desenvolvimento democratizador das oportunidades e das capacitações.

Eu vejo uma série de iniciativas comuns que poderiam ajudar a configurar essa agenda de acordos bilaterais. Primeiro, é a integração física da América Latina. Obras de infraestruturas,

com hidrovias, ferrovias e rodovias que ligassem a América do Sul fisicamente. Em segundo lugar, a colaboração em assuntos energéticos. São requisitos físicos do desenvolvimento. Vou dar um exemplo que há pouco eu discuti sobre a Amazônia. No Brasil temos uma dependência desnecessária do cartel mundial de fertilizantes. Temos na Amazônia recursos subaproveitados de potássio e gás natural para produzir fertilizantes nitrogenados. Não temos fósforo, mas o Peru tem. E eles não tem o que nós temos. Há uma série de complementaridades desse tipo em todos os setores da economia cujo o aproveitamento ainda não soubemos organizar.

Eliane Oliveira: Quando o senhor fala do Mercosul em algo temporário, a única coisa que impede é a parte comercial. Ou seja, deixa de ser área aduaneira e faz acordos bilaterais. O resto nós não podemos já fazer?

Mangabeira Unger: Sim, isso foi o que eu disse antes. Que temos que romper essas amarras, acabar com o princípio da união aduaneira e implementar a lógica do livre comércio.

Eliane Oliveira: Mas por quanto tempo o senhor acha que seria necessário?

Mangabeira Unger: Isso não tem prazo. Nós podemos voltar à união aduaneira quando estivermos mais unificados. E não só fisicamente, ou nas complementaridades econômicas, mas mais unificados sobretudo na convergência em políticas públicas e instituições. Porque aí sim, há uma base real sobre a qual se pode apoiar a união aduaneira. O grande equívoco é construir uma superestrutura comercial que não tem como base essa convergência estratégica. De igual maneira, além de infraestrutura física e energia, a organização de cadeias produtivas na América do Sul é importante.

Um lugar muito natural para começar é na relação da Argentina com o Brasil. Nós já temos algumas cadeias produtivas comuns, mas em estado muito incipientes. O mais importante para essa construção é uma série de iniciativas compartilhadas com outras repúblicas sul-americanas em iniciativas que ajudariam a dar conteúdo a esse novo modelo de desenvolvimento.

Dou o exemplo, novamente, do desenvolvimento sustentável na Amazônia. Além do Mercosul e da Unasul, uma outra organização multilateral sul-americana é o Tratado de Cooperação Amazônica. Nunca saiu do papel, não é uma coisa real. Há uma grande tarefa na cooperação amazônica de construir a combinação de tecnologias, por exemplo, para o manejo das florestas tropicais, e inovações institucionais, como a gestão comunitária das florestas. Essas iniciativas são necessárias para dar conteúdo prático ao desenvolvimento sustentável na Amazônia, que é uma grande parte do continente sul americano. Estou dando exemplos de ações que ajudariam a construir essa base comum na América do Sul. Mas essas ações poderiam ser complementadas com acordos multilaterais. E entre esses acordos, um entre o Mercosul e o Pacto Andino. Tudo isso é útil, mas é em segundo plano ao que deve ser a preocupação central.

Eliane Oliveira: Mas como é possível fazer essa integração mais profunda com países ideologicamente tão diferentes?

Mangabeira Unger: Não é necessário ter consenso político. O que é necessário é ter, dentro da América do Sul, um modelo de desenvolvimento que dê certo. E quando eu digo dar certo, não é só funcionar economicamente, é também criar oportunidades para a maioria. E desde que esse modelo esteja estabelecido no Brasil e em algumas das outras maiores repúblicas sul-americanas, terá uma natural ascendência em apontar o caminho. Não significa que outros países não escolham outros caminhos. O que não pode acontecer é deixar de estar estabelecido este modelo no Brasil. Se não estiver estabelecido no Brasil, não terá esse efeito unificador. Precisa ser no Brasil e em mais algumas, como na Argentina e na Colômbia, por exemplo. Não precisa estar em todas as repúblicas. E uma vez construídas as bases desta unificação de baixo para cima, podemos então voltar com vigor redobrado à construção multilateral. Aí sim, talvez, venha ser o momento para aprofundar o compromisso com a união aduaneira. Acertos comerciais sem construção estratégica valem pó e ainda existe o risco de virar contra, como está acontecendo no Mercosul.

Eliane Oliveira: Vamos passar então para os Estados Unidos.

Mangabeira Unger: É a nossa república irmã. Eu sempre digo que o Brasil e os EUA são os dois países mais parecidos, não há duas repúblicas no mundo contemporâneo com semelhanças mais profundas. Começa pelas coisas óbvias: são dois países com tamanhos de continente; fundadas na mesma base de povoamento europeu e escravidão africana; dois países muito religiosos e muito diversos; dois países extraordinariamente desiguais; e dois países nos quais, no meio dessa desigualdade, a maioria das pessoas comuns continua a crer que tudo é possível. Nas nossas repúblicas vive-se a religião da possibilidade. Os fundadores da política exterior brasileira, a começar pelo Barão de Rio Branco e Joaquim Nabuco, entenderam que a nossa relação com os EUA era decisiva para os rumos da nossa política exterior. E o primeiro grande momento de aproximação com os Estados Unidos foi na fundação, por assim dizer, da política exterior brasileira. O segundo momento coincidiu com o final da Segunda Guerra Mundial e o período imediatamente posterior a Segunda Guerra, onde também tivemos uma oportunidade de construção comum com os Estados Unidos que não conseguimos aproveitar. As limitações nesses dois períodos anteriores refletiram a grande assimetria do poder entre os Estados Unidos e o Brasil.

Agora nós temos o terceiro momento, que novamente se coloca a possibilidade de uma aproximação com os EUA. Essa aproximação tem três grandes bases potenciais. A primeira é aquela que eu acabo de assinalar, a afinidade profunda. Tanto de condição objetiva e de orientação espiritual. A segunda base é de complementaridade das nossas economias, dos nossos problemas e dos nossos projetos. Para os EUA, assim como para o Brasil, o tema central hoje é a democratização das oportunidades e a definição das instituições e das políticas públicas, que podem criar um espaço mais propício a essa religião do possível que domina nos nossos países. A terceira é a realidade dura do poder, a ascensão da China e o seu poderio

econômico, político e militar, e o nosso interesse, que será cada vez mais comum e forte, em criar resguardos e contrapartida a esse poderio.

Como podemos traduzir esse potencial em construção? Precisamos, em primeiro lugar, começar a construir ações comuns, compartilhadas, em alguns setores em que temos grande potencial de convergência. Um deles são os acordos sobre o clima. Agora vem a COP21 e o Governo dos EUA já manifestou interesse em desenvolver uma posição em comum com o Brasil. Podemos liderar, em conjunto com os EUA, uma posição audaciosa em matéria de acordo sobre mudança do clima. Uma segunda área de colaboração é o desenvolvimento das energias e do potencial energético sustentável. Nos Estados Unidos, a pesquisa é muito avançada no aproveitamento da biodiversidade e da energia solar. Em terceiro lugar, o compartilhamento das tecnologias avançadas. Como por exemplo, a tecnologia das impressoras 3D que podem permitir a médias empresas se tornarem vanguardistas na produção.

E por último, o experimentalismo na qualificação do ensino básico, que é um grande tema hoje nos EUA, como é no Brasil. Há problemas muito semelhantes. Historicamente, o ensino nos EUA é ao mesmo tempo desorganizado e uniforme como o nosso. E os Estados Unidos são uma federação como o Brasil. Lutam para defender iniciativas de unificação do ensino como nós estamos lutando. Há muito o que poderíamos fazer juntos. Estas ações comuns teriam de estar envolvidas numa abordagem nossa da abordagem norte-americana.

Tradicionalmente, o Brasil não se relaciona com os EUA. Nós nos relacionamos com uma parte do governo norte-americano, mas não com a sociedade, apesar desta imensa afinidade que existe entre os dois países. Teríamos de construir um engajamento que fosse além dessa relação entre os governos. Há um imenso interesse nas universidades americanas e entre os jovens americanos, por exemplo, onde poderíamos começar a construir uma grande circulação de pessoas, práticas e ideias no nosso hemisfério à serviço da democratização das oportunidades.

Agora, essas ações teriam de ser complementadas por uma superação dos obstáculos comerciais. Eu considero que esse é um problema secundário, não é o problema mais importante, embora costume estar no centro da agenda. Superar os obstáculos não regulatórios entre o comércio dos nossos países e resolver o problema dos subsídios nas duas economias. São obstáculos, mas são obstáculos capazes de serem contidos. Não são obstáculos formidáveis a uma aproximação.

O verdadeiro obstáculo são duas ordens de obstáculos ocultos que irei agora descrever. O primeiro é a vasta assimetria do poder. A nossa desigualdade em relação aos EUA que inibe uma construção comum. Por exemplo, na área da informação e da cibernética. Quase todo o trânsito brasileiro da internet passa pelos EUA. Nos comunicamos com o mundo através dos Estados Unidos. É um domínio avassalador. Toda a comunicação que ocorre no País, da Presidenta da República para baixo, é transparente ao governo dos EUA. A realidade

inconveniente é que eles só não veem o que não querem ver. E nós não temos ainda desenvolvido, como precisamos, o potencial da contra-inteligência, de defesa cibernética. O que nós chamamos de defesa cibernética no Brasil é o que chamamos de defesa policial, para impedir, por exemplo, distúrbios nos grandes eventos esportivos, e não é uma estratégia contra os estados estrangeiros. E nós continuamos inteiramente dependentes da geolocalização americana através do GPS. Se eles desligassem o GPS, nosso potencial mais avançado de defesa estaria quase inteiramente anulado. Não estou revelando nenhum segredo de estado, estou falando apenas o que todo mundo sabe e que não gosta de dizer. Se os EUA desligassem o GPS, nós teríamos de conduzir os nossos navios de guerra por navegação astronômica. Nós temos que ganhar autonomia tecnológica, temos que superar essa dependência. E isto, que pode parecer uma preocupação anti-americana, na verdade é um pressuposto para uma aproximação sadia, legítima e duradoura com os EUA. Enquanto estivermos na posição de radical dependência, a nossa construção comum com a nossa república irmã no norte estará inibida.

O segundo obstáculo oculto tem a ver com as premissas clássicas da política exterior norte-americana, quase nunca explicitadas, porém, invariáveis desde a fundação daquela república. O primeiro princípio é que eles não permitirão que qualquer país ganhe, em qualquer região do mundo, uma ascendência tão incontestável que permita servir como base para buscar uma hegemonia mundial. O segundo princípio invariável da política exterior americana, que orientou todos os estadistas americanos, é que os EUA exercerão uma hegemonia incontestável no hemisfério ocidental. Nós não podemos aceitar esses dois princípios. Eles são incompatíveis com a nossa ascensão no mundo e incompatíveis com o mundo pluralista que buscamos.

Mas não adianta debater com os Estados Unidos no plano das abstrações esses dois princípios. O que eu estou pregando é construirmos de maneira tenaz e paciente, por iniciativa nossa, uma teia de envoltórios comuns. Não só com o estado americano, mas com a sociedade americana, na expectativa de que uma das consequências desses engajamentos comuns será a revisão daqueles dois princípios, ou pelo menos naquele que tem aplicação a nós e à América do Sul. Essa é, portanto, uma ação de estado. De não bater de frente com esses dois princípios na forma explícita, mas mudar a realidade política, social e econômica de tal forma que, pouco a pouco, aqueles dois princípios percam o sentido na sua aplicação.

E como os americanos evitam abstrações e preferem mover-se no terreno dos experimentos e dos interesses tangíveis, não há qualquer impedimento a essa nossa ação clarividente. O problema é que exige audácia e imaginação da nossa parte. Isso é visão de estadista. Nós temos que ver mais longe do que eles veem, ao invés de ver menos longe, obcecados pela miopia mercantil.

Eu só complementaria a questão com uma pequena referência à nossa relação com a China. Eu dizia que uma das bases da construção de uma relação comum com os Estados Unidos, como queria o Barão no início do século 20 – e como deveríamos querer agora, por diferentes

motivos – é o nosso interesse em criar contrapartidas e resguardos ao poderio crescente da China. Até agora, a nossa relação com a China se desenvolveu no plano comercial e é uma relação que nós devemos querer superar. Resumindo, sem anestesia, nós enviamos à China soja pouco transformada, minério de ferro não transformado e recebemos de volta. O perfil do nosso comércio exterior com a China é o retrato de uma involução qualitativa na nossa estrutura de produção e exportação.

Agora vem uma segunda onda na relação com a China, que é a perspectiva de investimento chinês. Sobretudo, o investimento chinês em infraestrutura, e inclusive na infraestrutura da produção e da exportação agropecuária. É natural, e já está demonstrado em outros locais do mundo, que a China quer associar esse investimento ao uso das empresas deles, das empreiteiras deles. O nosso interesse é aproveitar esse investimento, mas sem ter ilusões sobre os seus desdobramentos. O nosso interesse é ampliá-lo ao máximo possível para que incluía a transferência de tecnologias avançadas.

Por exemplo, a China domina as tecnologias e as práticas produtivas de fabricação dos sistemas complexos de transporte multimodal. Essas tecnologias escasseiam os agentes produtores brasileiros. Mesmo as nossas maiores empresas, porque operam no setor de aproveitamento de recursos naturais, tem o espectro muito estreito de tecnologias avançadas. Nos convém orientar a ação com a China para ampliar o espectro das tecnologias e aproveitar a amplitude das tecnologias produtivas chinesas, mas vai ser muito difícil. Muito mais do que os americanos, tradicionalmente os chineses resistem a esse compartilhamento tecnológico.

Eliane Oliveira: Então nos acordos, nós, do Brasil, também colocaríamos contrapartida aos chineses?

Mangabeira Unger: Sim. Agora, não tenhamos ilusões a respeito das nossas possibilidades de êxito nessas negociações. Teremos de torcer vinte braços para conseguir um pouquinho. Estou dizendo isso porque a reorientação da relação com a China é o outro lado da medalha da reconstrução da relação com os EUA. São duas empreitadas ligadas, em que o tema maior é a relação com os Estados Unidos.

Eu quero só complementar um terceiro ponto no tema da nossa participação na ordem mundial. Entre as seis premissas que eu enumerei no início da nossa conversa, a quinta premissa é a que nós não devemos apenas buscar uma posição mais vantajosa dentro da ordem existente. Nós devemos ter uma agenda de revisão da ordem existente. E o que nós devemos querer, em geral, é uma ordem política, monetária e econômica no mundo hospitaleira às divergências, às inovações e aos experimentos. O compromisso com os direitos humanos e com o pluralismo combinado com a insistência na abertura aos experimentos institucionais, na maneira de interpretar o ideal de uma sociedade livre.

Vou dar um exemplo do significado prático desse princípio na questão do regime mundial do comércio. O princípio que está guiando a construção desse regime do comércio é o

maximalismo institucional. Quero dizer o seguinte, os tratados multilaterais estão exigindo como condição de participação do regime não apenas a adesão a uma economia de mercado, mas também a adesão a uma forma específica da economia de mercado. Vou dar dois exemplos. Um, é a insistência de proibir, sob o rótulo de subsídios, todas as formas de coordenação estratégica entre os governos e as empresas que os países, hoje ricos, usaram para enriquecer.

O segundo exemplo é a insistência em incorporar às regras do comércio mundial o odioso regime de propriedade intelectual desenvolvido no final do século XIX – as patentes – que deixam muitas das inovações tecnológicas mais importantes para a humanidade sob o controle de um pequeno número de empresas multinacionais.

Nós temos que nos rebelar contra esse maximalismo institucional. O nosso interesse é orientar a ordem mundial no comércio, e também na segurança e na moeda, o minimalismo institucional. O minimalismo constitucional significa o máximo de abertura ao comércio, às ideias, às pessoas, com o mínimo de restrição aos experimentos institucionais. Nós sabemos que é possível organizar o comércio com base nesse minimalismo institucional porque o regime anterior ao regime da Organização Mundial do Comércio, o regime do GATT, foi pautado por um minimalismo constitucional. Esse é o nosso interesse. Não devemos nos deixar seduzir apenas pela ambição de figurarmos em posições mais proeminentes dentro da ordem existente. Nós devemos insistir numa agenda revisionista da ordem existente.

Eliane Oliveira: Ou seja, essa candidatura do Brasil à vaga permanente, que é tão falada nos últimos anos, perderia espaço para uma agenda em prol de um pluralismo, é isso?

Mangabeira Unger: Eu não desmereço a legitimidade desse pleito, mas o que eu digo é que, mais importante do que sentar-se à mesa dos vitoriosos na ordem existente, é acabar com essa ordem existente. Entre os grandes países emergentes, entre os BRICS originais, o Brasil e a Índia são os dois que não figuraram entre os vitoriosos pelo compromisso que selou o fim da Segunda Guerra Mundial, embora tenham participado da guerra. Os dois países não estavam sentados à mesa em que se distribuíram os dividendos políticos da vitória. Não queremos agora, tardiamente, nos insinuar na posição desses vitoriosos. A nossa luta deve ser para rever a ordem.

Agora a China e a Índia se acertaram com os EUA na questão nuclear e cada vez mais tem uma política de acertos com os Estados Unidos. Nós somos entre os BRICS o país que, por assim dizer, sobrou. Não é clarividente responder a essa situação buscar tardiamente a posição equivalente, e sim a mudança. E o princípio geral é o seguinte: esta ordem existente, a política, a monetária e a comercial, fecha o mundo. É uma ordem hostil às divergências, aos experimentos e às inovações. O interesse nacional do Brasil é inseparável do objetivo da abertura. Nós não devemos querer participar de um clube de grandes potências para impor a

ditadura das não alternativas ao mundo. E a questão do maximalismo institucional no regime mundial do comércio é um clássico exemplo deste princípio.

A maior utilidade do movimento dos BRICS é justamente ser um instrumento potencial dessa abertura. Por exemplo, o banco dos BRICS pode ter como serventia investir em iniciativas exemplares que demonstrem outra maneira de organizar uma economia de mercado. Qualquer projeto nacional forte dos nossos países vai acabar batendo contra os limites dessa ordem. Primeiro criamos o projeto nacional forte, batemos contra os limites e nos aliamos com outros países mundo afora, inclusive com os países BRICS, para buscar uma revisão da ordem.

Então, o que eu estou pregando é uma política exterior brasileira pautada por essas três grandes empreitadas. A primeira é a união sul-americana, reinterpretada, livre do fardo destes veículos institucionais inadequados ao objetivo. O segundo é a construção da relação com os EUA e o terceiro é a agenda revisionista da ordem mundial de segurança, monetária e comercial.

Eliane Oliveira: O senhor fala muito da Unasul. A única coisa que eu vejo é o conselho de defesa e decisões políticas que foram importantes para evitar problemas maiores, como, por exemplo, o Paraguai e a Bolívia.

Mangabeira Unger: A Unasul eu mencionei no início, mas não se pode dizer o que eu disse da Unasul o que disse do Mercosul, sobre ser demais e de menos. Porque ninguém poderia acusar a Unasul de ser demais. A Unasul é só leveza. É um arcabouço útil, mas ainda relativamente vazio. E continuará vazio até acumularmos essa riqueza de ações comuns, o que será a verdadeira base dessa união sul-americana. E aí sim poderá virar vida.

Além desses três grandes temas, há um quarto que não deve ser esquecido, que é a nossa relação com a África, de grande significado histórico para o Brasil. Não podemos permitir que a relação com a África degenere com o patrocínio de empreiteiras. Temos o interesse estratégico profundo de longo alcance com a África. O Estado brasileiro deve desenvolver uma ação grande lá, não apenas de ajuda e transferências materiais, mas também na participação da construção de alternativas institucionais, como na América do Sul. De uma forma menos direta, porque não é o nosso continente, embora tenhamos vínculos inquebrantáveis com a África.

Já existe uma semente dessa ação comum com a presença da Embrapa, da Fiocruz, na atuação que deveria ser reformulada da Agência Brasileira de Cooperação. Temos que afirmar essa participação generosa e arrojada na África e não permitir que ela funcione a reboque do patrocínio de comerciantes e empreiteiras. É legítimo que as nossas empresas atuem na África, mas essa é uma pequena parte dos nossos interesses e jamais podemos permitir que essa parte menor comande a parte maior.

Eu creio que há um requisito para esses quatro temas. É que o País participe, compreenda, que a política exterior é um desdobramento, uma expressão do projeto interno e que não é

construído pelos diplomatas, e sim pelo governo e pela nação. É o nosso lugar no mundo e a nossa expressão do projeto interno. Então eu proponho que a nação toda tome de volta a política exterior, pois pertence a ela.

Eliane Oliveira: O senhor comentou que é mesmo uma anomalia ter chanceler com carreira na diplomacia...

Mangabeira Unger: Agora, por um acidente, ocorre na Rússia. O Lavrov é diplomata profissional, um excelente chanceler, por sinal, mas é uma anomalia. E historicamente sempre foi uma anomalia no Brasil. É uma prática que começou no regime militar e que os governos civis mantiveram. É um tema menor, o preocupante é se essa anomalia, resultado de um desvio histórico, nos leve a confundir a ação diplomática com política exterior. A política exterior é definida pelo governo e pela nação. O grande tema de debate nacional. Depois, profissionais executam. São ordens do estado e assim deve ser em qualquer país e qualquer democracia. A nação tem de tomar de volta a política exterior.

Eliane Oliveira: Se você fizer só uma ação diplomática, seria como uma reação às coisas, talvez?

Mangabeira Unger: Não, a ação diplomática é imprescindível e nós temos, historicamente, uma ação diplomática de ótima qualidade. Mas não adianta ser exímio executor se o que se executa é a decisão errada. O que conta é a orientação, definida na democracia e no grande debate nacional à luz do projeto interno. Um projeto interno forte tem de traduzir-se em política exterior forte, definida no debate nacional.